

Todo dia a mesma noite: o “texto testemunhal” sobre o incêndio na boate Kiss

TODO DIA A MESMA NOITE: THE “WITNESSING TEXT” ABOUT THE FIRE AT KISS NIGHTCLUB

TODO DIA A MESMA NOITE: EL “TEXTO TESTIMONIAL” SOBRE EL INCENDIO DE LA DISCOTECA KISS

Ana Cláudia Peres

Doutora e Mestra em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Jornalista da revista Radis, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e autora do livro “As cidades narradas: uma cartografia de paisagens possíveis para o jornalismo”. anaclaudia.peres@gmail.com.

Marta Regina Maia

Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Ouro Preto. Líder do Grupo de Pesquisa Ponto: afetos, gêneros, narrativas. Autora do livro “Perfis no jornalismo: narrativas em composição”. martamaia@ufop.edu.br.

Recebido em: 01/04/2024

Aceito em: 01/09/2024

Publicado em: 30/11/2024

RESUMO:

Com o objetivo de responder algumas questões referentes ao testemunho midiático (que serão apresentadas ao longo do artigo), voltaremos nosso olhar para o livro *Todo dia a mesma noite*, da jornalista Daniela Arbex, que nos oferece um material empírico exemplar para examinar a tensão entre a ideia da “testemunha ocular” e os outros modos assumidos pelo testemunho no contemporâneo, quando testemunhar não é mais apenas ver e ouvir e passa a dizer também sobre o modo como somos interpelados por um “texto testemunhal” (Frosh & Pinchevski, 2009). Para isso, trabalharemos com dois operadores metodológicos – o testemunho e a alteridade –, a fim de identificar aquilo que, na reportagem, nos aproxima da experiência do outro, a partir das reflexões em torno do “texto testemunhal” e da alteridade nas narrativas da atualidade.

PALAVRAS-CHAVE:

“Texto testemunhal”; Testemunho; Alteridade; Narrativas; *Todo dia a mesma noite*.

Introdução

“Mas há alguma coisa que, se me faz ouvir o primeiro e o segundo tiro com um alívio de segurança, no terceiro me deixa alerta, no quarto desassossegada, o quinto e o sexto me cobrem de vergonha, o sétimo e o oitavo eu ouço com o coração batendo de horror, no nono e no décimo minha boca está trêmula, no décimo primeiro digo em espanto o nome de Deus, no décimo segundo chamo meu irmão. O décimo terceiro tiro me assassina — porque eu sou o outro. Porque eu quero ser o outro”
(Clarice Lispector).

A prática jornalística comporta inúmeras possibilidades. Mesmo considerando que extrapolamos o chamado paradigma informacional de comunicação e conseguimos alcançar um paradigma relacional, não há como diagnosticar a presença de uma situação comunicativa compartilhada de maneira preponderante no cenário atual.

Entretanto, notamos que as inúmeras fendas abertas no sentido de romper com essa hegemonia e de fraturar conservadorismos corroboram com a tese de que outro jornalismo é possível.

Pela perspectiva deste trabalho e alinhado com outras pesquisas contemporâneas (Resende, 2002; Medina; 2008), consideramos o jornalismo como uma prática discursiva produtora de sentidos que, muito mais do que fornecer informação, coloca sujeitos em relação (França, 2006) a partir de um processo que envolve não apenas a experiência, mas também e principalmente o reconhecimento do outro – ao revés de uma perspectiva hegemônica, que costuma considerá-lo apenas como aquele “para quem, de quem e por quem fala” (Resende, 2012, p. 154). Nesse caso, partimos tanto de inquietações teóricas que tensionam o campo racional quanto de uma narrativa que, do ponto de vista da praxis, não se deixa capturar por formas simples de relatos devedores de um real absoluto – e nesse sentido, o testemunho é no mínimo um lugar para onde podemos voltar o olhar.

No dia 27 de janeiro de 2013 as manchetes de praticamente todos os meios de comunicação do Brasil anunciavam um incêndio de enormes proporções na boate Kiss, localizada na cidade de Santa Maria, no Rio Grande do Sul. O número de vítimas, o segundo maior de toda história, indica a dimensão do acontecimento: 242 pessoas mortas, além de 600 feridas. As condições precárias do estabelecimento, sem saída adequada de emergência, com número de pessoas acima do permitido, além de show pirotécnico, com material inadequado, em lugar fechado, entre inúmeros outros problemas, contribuíram para a trágica ocorrência.

A reverberação dessa história foi enorme, entretanto, ela ainda precisava ser contada pela ótica dos sobreviventes – entendidos aqui como aqueles que viveram uma experiência radical e agora tentam contar o trauma (Agamben, 2008; Seligmann-Silva, 2010): em especial, os familiares das vítimas. É o que se propõe a narrar a jornalista Daniela Arbex, em *Todo dia a mesma noite: a história não contada da boate Kiss*¹, livro-reportagem que convocamos para caminhar conosco nesta reflexão. A experiente jornalista já publicou *Holocausto brasileiro*, sobre a dor e o sofrimento de pessoas que “viveram” em um hospício mineiro; *Cova 312*, que traz a história de um guerrilheiro torturado e morto pelas Forças Armadas no Brasil; e, mais recentemente, *Arrastados*:

¹ Embora não seja o objetivo desse trabalho, não podemos deixar de registrar a enorme reverberação desse livro, que resultou, inclusive, na produção de uma minissérie, produzida pela Netflix (“*Todo dia a mesma noite*”), tendo alcançado a sexta posição do top 10 de produções de língua não-inglesa mais vistas do mundo na plataforma. Disponível em <https://veja.abril.com.br/coluna/tela-plana/todo-dia-a-mesma-noite-minissérie-da-boate-kiss-entra-no-top-10-mundial/>.

Os Bastidores do Rompimento da Barragem de Brumadinho, o Maior Desastre Humanitário do Brasil, que reconstitui as primeiras 96 horas após a ocorrência do crime ambiental.

Desta vez, com Todo dia a mesma noite, Arbex nos oferece um material empírico exemplar para examinar a tensão entre a ideia da “testemunha ocular” e os outros modos assumidos pelo testemunho no contemporâneo, quando testemunhar não é mais apenas ver e ouvir e passa a dizer também sobre o modo como somos interpelados por um “texto testemunhal” (Frosh & Pinchevski, 2009). Como veremos no decorrer deste artigo, aqui, a presença da jornalista não deve ser entendida em seu caráter metafísico, uma vez que ela não esteve em cena no momento da tragédia, mas pela construção de um “texto testemunhal” que se relaciona com os destinatários.

Há diferenças, por certo, entre a natureza ontológica do testemunho (em suas vertentes religiosa, jurídica, filosófica) e a essência do “testemunho da mídia” (Frosh & Pinchevski, 2009). Mas se concordamos com Laub (1992, p. 62) e a assertiva de que “não é simplesmente um dado factual que é reproduzido e replicado pelo testemunho, mas um evento genuíno, um acontecimento por direito próprio”, para investigar jornalismo como uma espécie de testemunho como pretendemos, faz-se necessário ampliar o olhar para um pouco além do que pregam as teorias clássicas tomadas ainda por reflexões que se baseiam nos fundamentos aparentemente inabaláveis da objetividade, imparcialidade, exatidão e clareza – e que fizeram do jornalismo esse rebento da técnica e da razão, o “filho dileto do Iluminismo” (Marcondes Filho, 2002).

De partida, então, se colocam algumas perguntas que já vimos repetindo em nossas pesquisas: 1) O que o testemunho tem a dizer para o jornalismo – e vice-versa?; 2) Até que ponto o jornalismo é, também, testemunho?; 3) Em um mundo tomado pelas novas tecnologias e pelo excesso de informações que, ao mesmo tempo em que atualizam, ofuscam o espectador, por que testemunhar?; 4) Como testemunhar ou, melhor, como narrar do lugar da testemunha e fazer do leitor/espectador ele também uma testemunha?; e ainda 5) Em que medida o testemunho seria capaz de produzir um envolvimento afetivo entre quem produz e quem recebe o discurso?

É o que procuramos examinar neste artigo, que tem como objetivo analisar o testemunho midiático no livro de Daniela Arbex, a partir de dois operadores metodológicos – o testemunho e a alteridade –, a fim de identificar aquilo que, na reportagem, nos aproxima da experiência do outro. Antes, porém, consideramos pertinente refletir sobre o “texto testemunhal” e a alteridade nas narrativas contemporâneas. É o que faremos nos próximos tópicos.

O “texto testemunhal”

No contemporâneo, o estatuto do testemunho ocupa lugar central junto às práticas midiáticas. Inserida em um contexto em que prevalece uma sensação por vezes incômoda de que todos testemunham tudo o tempo inteiro – ou ainda de que tudo é testemunho –, a reportagem de Daniela Arbex nos oferece pistas para pensar sobre em que medida o jornalismo é também testemunha daquilo que narra.

Estamos na trilha de um conceito vasto que, de um modo geral, se tornou uma espécie de emblema do século XX, muito por sua relação intrínseca com as narrativas do Holocausto, marcadas pelo trauma e pelo indizível do evento, mas que também se desdobra em outras vertentes. Seja associado aos textos de naturezas diversas que elaboram sobre a violência das ditaduras na América Latina seja para dar a ver o irrepresentável das catástrofes cotidianas ainda mais em tempos midiáticos, o testemunho virou pedra de toque nas mais variáveis reflexões sobre memória, ética, representação e linguagem (Seligmann-Silva, 2003; Sarlo, 2007; Agamben, 2008; Didi-Huberman, 2012), atravessando no agora disciplinas que vão da teologia ao direito; da antropologia à filosofia; da psicanálise à literatura e aos estudos da comunicação.

Agamben (2008) nos oferece mais uma chave de leitura. Ele lembra que, em latim, além de *superstes* (associado aos sobreviventes) e *testis* (um terceiro, que fica entre duas partes), testemunho tem ainda o sentido de *auctor*. Essa palavra indica “a testemunha”, enquanto “o seu testemunho” pressupõe algo que carrega antecedentes e cuja realidade e força devem ser certificadas. Nesse sentido, diz o filósofo italiano, “o testemunho sempre é um ato de autor” (Agamben, 2008, p. 150) e, sendo assim, podemos dizer que o repórter, como um autor, é alguém capaz de validar o fato testemunhado na potência do seu relato entendendo que há sempre uma “incapacidade” ou uma “insuficiência” nesse relato.

É a possibilidade de pensar testemunho a partir daí que interessa no percurso deste artigo, que tenta estabelecer um diálogo íntimo entre as teorias do testemunho e as narrativas jornalísticas. Em seu caráter interdisciplinar, testemunho deve ser compreendido “para além do que está disponível como enunciado”. Ou seja, deve ser entendido “não como uma modalidade de enunciado sobre, mas como uma modalidade de acesso àquela verdade” (Felman, 2000, p. 27, grifos do autor).

Paul Frosh e Amit Pinchevski (2009), que vêm alargando as possibilidades de leitura do testemunho no contexto midiático contemporâneo, afirmam que, diante das novas tecnologias, cada ação de testemunhar implica algum tipo de mediação, que se

configura a partir de “uma experiência em linguagem para benefício daqueles que não estavam lá”² (p. 1, tradução das autoras). Ao trafegar por um caminho de intersecção entre os campos do jornalismo e do testemunho, Frosh nos oferece o conceito de “texto testemunhal”, argumento que melhor traduz para este artigo a importância do testemunho midiático.

Aqui, o testemunho é não apenas um ato realizado por uma testemunha, mas também aquilo que se constrói narrativamente a partir de um “texto testemunhal”, que elabora a presença do jornalista no local do evento levando o espectador/leitor a um só tempo a experimentar o acontecimento e crer no que lhe foi dito. Na concepção de Frosh, um “texto testemunhal” é aquele cuja estrutura interage com o público criando não apenas uma “experiência imaginativa” sobre o assunto de que ele trata, mas também a suposição de que o evento descrito se configura ele próprio como um testemunho. Isto é, “que o evento descrito realmente aconteceu e que o texto foi projetado para relatá-lo”³ (Frosh, 2009, p. 61).

Nesses casos, a ênfase se desloca da origem do discurso para a experiência de mundo que imaginamos a partir do texto. Concordando com Frosh, assumimos que o “texto testemunhal” indica aos leitores que o evento deve ser considerado real não exatamente porque o repórter esteve no local, mas porque reconstituiu o acontecimento pelo testemunho de terceiros e/ou a partir dos seus rastros. Dar ao “texto” o status de testemunha significa construir a presença narrativamente a partir de estratégias de linguagem. Se essa constatação retira o jornalismo do lugar de “testemunha ocular da história” – àquela que é permitido narrar porque viu ou esteve lá –, por outro lado, alarga o papel a que estava confinado.

Ora, se admitimos ser possível a reconstituição de um fato a partir da experiência de terceiros ou daqueles que assistiram para depois contar, e se aceitamos a existência de um “texto testemunhal” no jornalismo capaz de conduzir os leitores imaginariamente para o centro do acontecimento, fica mais fácil compreender o argumento de Frosh (2009) de que o testemunho pode se dar tanto na relação direta estabelecida entre a testemunha e seu próprio enunciado quanto na interação que ocorre entre o texto e o público, o que faz dos leitores também testemunhas.

Esse movimento narrativo opera também na dimensão mnemônica. Notamos que muitas dessas obras testemunhais contribuem para a apuração das responsabilidades e para o processo de reparação sobre eventos traumáticos, por exemplo. Ao trazerem

² No original: “putting an experience into language for the benefit of those who were not there”.

³ No original: “that the event described really happened, and that the text was designed to report it”.

novas narrativas sobre esses acontecimentos, conferem, ao testemunho, um lugar protagonista na reapropriação do passado, que está sempre aberto a novas problematizações, visto que a memória mantém relação tanto com a lembrança quanto com o esquecimento. Ao trazeremos a questão do “texto testemunhal” estamos então reconhecendo a potência desse tipo de produção para a prática jornalística.

Se Beatriz Sarlo (2007) tece algumas críticas sobre o excesso de testemunhos, em especial, a noção de verdade que muitas vezes acompanha certos depoimentos individuais, Seligmann-Silva (2010) discorda dessa perspectiva, visto que, no Brasil, houve uma deliberada propagação de políticas de esquecimento após o período ditatorial no país (1964-1985). Embora não seja motivo de desdobramentos nesse trabalho, não podemos deixar de refletir sobre o lugar da memória testemunhal na disputa de sentidos em uma sociedade que ainda preza por determinados silenciamentos sobre o seu passado. Podemos recorrer a Paul Ricoeur (2012), quando ele, ao situar a memória como mediadora da experiência temporal e a operação narrativa, a localiza em três níveis de interpretação: a manipulada, a impedida e a obrigada. Considerando a obra em análise, nos interessa, mais de perto, os desdobramentos da memória obrigada, que remete ao que Ricoeur (2012) chama de um “dever de memória” e que está vinculada a um caráter reparador, ou seja, a necessidade de justiça para que nunca mais aconteça.

A partir daqui assumimos: 1) testemunhar é um ato realizado não apenas por uma testemunha mas também por um texto; e 2) o vínculo que se estabelece entre público e texto é também uma forma de testemunho. Isso é o que nos permite indagar sobre o que pode um “texto testemunhal” ou que diferença seria capaz de provocar na vida daqueles que o acessam? Antes de tentar responder a essa questão, algo que faremos na parte final deste artigo ao analisar a obra de Daniela Arbex sobre o incêndio na boate Kiss, é importante avançar por um outro operador metodológico de que lançaremos mão neste artigo: a alteridade – que dialoga diretamente com a percepção do outro e a possibilidade de, no jornalismo, tecer narrativas sobre a experiência do outro.

Alteridade

Se consideramos, como Boltanski (2015), que o testemunho está associado ao compromisso com o outro, assumimos então uma perspectiva relacional que, de certa forma, dá sustentação ao jornalismo, ainda que não hegemonicamente. Como observa Roger Silverstone “tudo o que fazemos, tudo o que somos, como sujeitos e atores no mundo social, dependem de nossa relação com os outros: de como os vemos, os

conhecemos, nos relacionamos com eles, nos importamos com eles ou os ignoramos” (2002, p. 249). Reconhecer a relevância do outro nesse processo revela uma atitude que nem sempre está presente nas práticas jornalísticas, como destaca Fernando Resende (2014) ao criticar a abordagem midiática que exclui aqueles que não coadunam com as perspectivas estereotipadas da lógica capitalista.

Essa lógica despreza as diferenças e reduz a possibilidade de diálogo, que é o que garante, de alguma forma, o reconhecimento do outro no mundo. Ao apontar o “estrangeiro” que nos habita, Julia Kristeva (1994) argumenta que “quando fugimos ou combatemos o estrangeiro, lutamos contra o nosso próprio inconsciente – este impróprio do nosso próprio impossível” (Kristeva, 1994, p. 201). Essa dinâmica de acolhimento das diferenças resulta no que ela denomina de “coabitação”, o que possibilita o encontro, tenso ou ameno, entre as pessoas. Ao refletir sobre os modos de traduzir esse outro nas narrativas midiáticas, Silverstone (2002) lança duas questões que nos levam a refletir sobre esse processo: “como represento o Outro no que escrevo ou filmo sem, de um lado, torná-lo exótico? [...] sem, de outro lado, absorvê-lo no próprio senso que tenho de mim mesmo?” (p. 249). Questões complexas, mas que podem ser problematizadas no objeto de estudo aqui apresentado.

Antes, porém, de adentrarmos na análise do livro achamos pertinente uma breve abordagem sobre a dimensão social da experiência entre sujeitos, no caso específico, entre jornalistas e fontes/personagens para que possamos compreender como ocorre essa relação comunicativa, afinal a configuração das narrativas pode seguir um caminho reducionista ou mais amplo a depender da maneira como o/a jornalista se abre para essa troca, reconhecendo as diferenças, as semelhanças e as ausências nessa dinâmica.

Ainda acompanhando o raciocínio de Silverstone (2002), que faz um diagnóstico do lugar da mídia nos processos de interação social, podemos dizer que o atual espectro tecnológico midiático pode contribuir para aproximar ou até mesmo interditar as pessoas, em especial quando simplifica acontecimentos e modela pessoas a partir de interesses mercantis. Os inúmeros exemplos das representações da periferia, das celebridades, da violência, entre tantas outras situações, veiculados pela mídia podem banalizar as imagens levando ao apagamento do outro ou, no limite, à indiferença.

Pensando nessa perspectiva mais geral, vale acionar algumas ideias de Emmanuel Lévinas, filósofo que trabalha com a noção ética de responsabilidade em relação ao outro, em especial, por estarmos vivendo uma época de em que os casos de intolerância e violência parecem prevalecer em nosso cotidiano. Ao situar a linguagem como elemento de acesso ao outro, Lévinas (2009) explicita a questão da singularidade

do eu, visto que, para ele, a generalização representa a morte. É no espaço da relação, portanto, que essa singularidade se expressa e que o filósofo vai denominar de “presença do rosto” (p. 59). Não aquele delineado a partir dos traços físicos e biológicos como testa, olhos, nariz e boca, mas como possibilidade de singularidade garantida pela humanização dessa interlocução. Segundo Lévinas (1980) o rosto pensado como um signo pode congelar-se em forma plástica e assim alienar “a exterioridade do Outro”, já que “a manifestação do rosto é já discurso” (p. 53).

Como os discursos produzem sentidos e são acionados, sobretudo, pela dimensão da presença, e não por simples condição essencialista, podemos recorrer, novamente, à condição de estrangeiro que subjaz a esse outro. Nesse movimento relacional, podemos nos identificar, rechaçar ou sermos indiferentes, mas nunca distantes. Essa dinâmica pode assegurar que a realidade não pode ser compreendida unicamente pela maneira como “eu” a concebo. “Não podemos pressupor que o mundo é simplesmente como o conhecemos, meramente uma projeção de nossa experiência, nem apagá-lo, fingindo que não existe [...] há coisas que não compreendemos inteiramente, nem podemos compreender” (Silverstone, 2002, p. 250).

Essa discussão nos interessa de perto, pois além da dimensão ética que ela aponta, permite vislumbrar a maneira como as narrativas jornalísticas são configuradas. Se coadunam com perspectivas colonialistas, machistas, racistas e misóginas de manutenção do poder ou se colaboram para rupturas desse tipo de discurso. Nosso interesse, portanto, é perceber até que ponto esse olhar para o real é passível de domesticação ou não. Para isso, iremos olhar para o objeto de estudo, considerando o testemunho midiático a partir de dois operadores metodológicos – o testemunho e a alteridade – a fim de identificar aquilo que, na reportagem, nos aproxima da experiência do outro e de que maneira esses testemunhos se apresentam.

Testemunho e alteridade em *Todo dia a mesma noite*

“Quando Gustavo Cauduro Cadore abriu os olhos, seu rosto estava coberto de comida. Um homem puxava seus cabelos com força e uma mulher o rolava na cama. Os dois discutiam. O coração do veterinário batia acelerado, mas ele não conseguia falar. Tinha um tubo enfiado na traqueia, por onde passava o oxigênio que o ajudava a respirar. Apavorado, achou que tivesse sido internado em um hospício. Mentalmente, perguntava-se o que tinha feito para ter ido parar naquele lugar. Até onde se lembrava, tinha conseguido sair da boate incendiada. Será que havia enlouquecido?” (Arbex, 2018, p. 175).

O trecho acima está na abertura do capítulo “Abrindo os olhos”, no terço final do livro *Todo dia a mesma noite*. Um testemunho, sem dúvida. Gustavo Caudore é um dos sobreviventes da tragédia na boate Kiss, que Daniela Arbex narra na reportagem, como se estivesse ela mesma testemunhando o instante em que o rapaz acorda no Hospital de Pronto Socorro, em Porto Alegre, para onde Gustavo fora transferido após a tragédia em Santa Maria. Ao contar por meio de um “texto testemunhal”, a jornalista se torna ela própria testemunha da dor e do sofrimento de pais, amigos, vítimas e profissionais de saúde na luta para retomar a vida após a madrugada do incêndio. No tempo presente, por meio da narrativa, a autora faz de nós, leitores, também testemunhas. Essa é uma hipótese que buscamos comprovar aqui.

Durante o percurso da reportagem, a jornalista oferece ao leitor a possibilidade de conhecer Gustavo, Maíke, Andrielli, Flavinha, Mirella, Gilmara, Vitória; Sérgio e Nadir, os pais de Guto; Natalício e Marise, os pais de Lucas; Marta e Silvio, os pais de Silvinho; Carina, a mãe de Thanise e Camila; centenas de outros. Faz isso por meio de inúmeras marcas discursivas de teor testemunhal reveladas a partir do encontro entre a repórter e seus entrevistados em diálogos reproduzidos com precisão de detalhes e na descrição minuciosa do momento da tragédia, dias antes e depois.

Nesse tipo de reportagem, a experiência se conta pelos rastros, entendidos na concepção de Walter Benjamin (2012) como uma forma de entrar em contato com o que passou. Para o filósofo, “o rastro é a aparição de uma proximidade, por mais longínquo esteja aquilo que o deixou” (Benjamin, 2009, p. 490). A título de curiosidade, diga-se que, na obra do filósofo, o termo no original em latim, *Spuren*, recebeu várias interpretações – além de rastros, traços, vestígios, pegadas, também já foi traduzido como “testemunho”. Estudiosa de Benjamin, Jeanne-Marie Gagnebin define rastro como marcas deixadas contra o silêncio e o esquecimento ou como aquilo que “inscreve a lembrança de uma presença que não existe mais e que sempre corre o risco de se apagar definitivamente” (Gagnebin, 2009, p. 45).

Em *Todo dia a mesma noite*, não seria possível encostar no real não fosse pelos rastros que nos chegam por meio de um “texto testemunhal”. É pelos rastros que ficamos sabendo que, na noite em que perdeu a vida, Guto vestia a calça jeans que a mãe lhe tinha comprado de presente durante as férias; que Thanise preferia all star a salto alto; que Heitor sentia cheiro de mel na flor-do-campo; e que em um dos celulares encontrados entre os escombros da boate, “já tinha 134 ligações não atendidas com o nome ‘mãe’”.

Silviano Santiago (1989) sustenta que há uma forma contemporânea de narrar e situa o jornalista como um “narrador pós-moderno”, aquele que transmite algo ao “narrar

a informação” (p. 39). A esse narrador cabe observar para contar aquilo que viu. “É como se o narrador exigisse: deixem-me olhar para que você, leitor, também possa ver”, resume Santiago (1989, p. 45). Para o autor, nos tempos atuais, a experiência é proporcionada por um olhar lançado a uma vivência alheia a ele que, portanto, “se afirma pelo olhar que lança ao seu redor, acompanhando seres, fatos e incidentes (e não por um olhar introspectivo que cata experiências vividas no passado)” (Santiago, 1989, p. 45). No caso desta narrativa, a jornalista dá um passo além.

Daniela Arbex não viu o momento exato em que às três horas e dezessete minutos, o produtor de palco Luciano Bonilha Leão colocou uma luva na mão do vocalista Marcelo de Jesus dos Santos, que em seguida acionaria um fogo de artifício, dando início ao horror. Não poderia ter visto. Ainda assim, ela “lança um olhar” sobre uma “vivência alheia” para que, afinal, “o leitor também possa ver”. Mesmo que no texto haja uma tentativa de explicar o inexplicável, do ponto de vista da testemunha, o momento será sempre inalcançável. Sendo assim, sugerimos que o “texto testemunhal” torna-se uma ponte entre “os que estavam lá” e “os que não estavam”, como pretende Roy Brand (2009). E a relação que se estabelece entre a estrutura desse texto e o público passa a ser tão relevante para o ato testemunhal quanto àquela que se dá entre os agentes do testemunho (consideradas aqui as personagens ouvidas durante a apuração da reportagem) e a repórter.

Vejamos mais um trecho:

Marta e Silvio Beuren ainda choravam a morte do filho da funcionária de Silvio, quando souberam que o seu filho também poderia estar entre os atingidos pelo incêndio.

Quando o comerciante e a esposa entraram na rua José Mariano da Rocha, no bairro Nossa Senhora de Lourdes, Silvio percebeu, de longe, que o carro do filho não estava estacionado.

– A caminhoneta está na garagem, meu bem. Com certeza.

Com grande expectativa, Silvio estacionou o controle do pesado portão de ferro marrom. Lá dentro estava vazi (Arbex, 2018, p. 62).

Estamos testemunhando o instante em que, aflitos, os pais de Silvinho começam a procurar pelo filho. Até então, eles estavam a 14 quilômetros de Santa Maria e, ao saber da possibilidade remota de seu filho estar entre as vítimas do incêndio na boate Kiss, anteciparam a volta do refúgio na casa de campo. Testemunhamos o diálogo entre uma mãe e um pai, que se revezavam na tentativa de tentar acalmar o coração onde havia insegurança, dúvida, incerteza, mas ainda a esperança, o desejo de encontrar o carro do

filho na garagem. Para chegar a esse nível de detalhamento, a repórter, que certamente não vivenciou a cena, assume uma postura ativa nesse processo ao definir “quem ou quais são as vozes que contribuem para narrar os acontecimentos selecionados para veiculação” (Maia & Barretos, 2018, p. 4), e ainda lança mão de todos os preceitos técnicos do jornalismo (checagem de fontes, coleta de dados, apuração precisa etc.). Mas aqui, saber o modo como tudo aconteceu é tão motivador quanto entender de que maneira experimentamos o acontecimento.

Como nos sentimos ao nos deparar com esses testemunhos? Que afetos eles nos despertam? Essas perguntas foram sugeridas por Roy Brand (2009). Em um texto em que analisa a presença do testemunho no filme *Elephant*, de Gus Van Sant, sobre o massacre de Columbine – quando dois alunos invadiram uma escola americana assassinando 23 pessoas e deixando 15 feridas –, Roy Brand explica que, nas narrativas do sofrimento, recorreremos à figura da testemunha, não para testemunhar os fatos, mas para testemunhar o fato de que o evento não pode ser reduzido aos fatos. Trazendo essa reflexão para o campo do jornalismo, inferimos que, nas narrativas que valorizam o “texto testemunhal” a exemplo desta, a questão que se coloca não é mais, como pontua Brand (2009), sobre o que trata este testemunho? Ou: Quão confiável é esta declaração enquanto testemunho de uma experiência? Ou ainda: Como posso saber quem são esses personagens e se o que me dizem é verdade? Essas são as perguntas que o jornalismo clássico, devedor da velha máxima da “testemunha ocular da história”, continua a repetir. Aqui, as perguntas que o texto motiva são de outra ordem, como se, ao procurar a verdade dos fatos, fosse possível encontrar algo além, que se aproxima da complexidade do que está sendo narrado.

A partir do que foi exposto até aqui, assumimos que, quando reconhecido no percurso da narrativa não apenas como procedimento de uma rotina, mas enquanto experiência narrada, o testemunho teria potencial para valorizar uma dimensão afetiva, uma propensão para a alteridade, que se quer apagada da narrativa clássica do jornalismo. Tendo acesso privilegiado ou não ao acontecimento, participando ou não do evento, é no “texto testemunhal” – como já vimos – que o efeito de presença se configura. Isso é o que nos permite dizer que no processo jornalístico são testemunhas o jornalista, as fontes e o próprio espectador, que se torna testemunha pelo testemunho de outros, mas também o texto que possibilita que os sujeitos se façam presentes imaginariamente no acontecimento.

Nesta reportagem, a jornalista constrói uma presença no texto de modo que, mesmo ausente no espaço e no tempo, ao leitor seja dada a possibilidade de acessar o evento como se “experimentasse a experiência”. Vejamos como Daniela Arbex narra a

noite daquele sábado que, para um grupo de amigas começara bem antes, quando as quatro se preparavam para as comemorações do aniversário de uma delas, Andrielli ou Andri, como todos a chamavam carinhosamente, na boate Kiss.

Naquele 26 de janeiro de 2013 não foi diferente dos outros eventos. As amigas de Flavinha aportaram na casa da manicure para se produzir. Vitória, a menina que tingia o cabelo de vermelho com tinta de tecido, emprestou a Andri seu vestido preto, um de seus prediletos. Flavinha, a maquiadora oficial do grupo, resolveu usar azul, que, ao lado do dourado, era uma de suas cores da sorte. Mirela, que tinha sido miss Santa Maria quando criança, vestiu uma jaqueta vermelha de parar o trânsito. Já Gilmara optou por um pretinho básico com transparência no colo (Arbex, 2018, p. 92).

Quando distanciados do fundamento ontológico que torna obrigatória a presença da testemunha no evento, começamos a desenhar outras possibilidades para o jornalismo. Nesse caso, como na maioria dos relatos jornalísticos ligados a eventos traumáticos, a repórter não “estava lá”. Mas, mesmo que estivesse, como alguns sobreviventes diretos da tragédia, a ela não seria dado o domínio total do acontecimento. Não custa recorrer à literatura exógena e lembrar, outra vez, o que nos disse Agamben (2008, p. 162): testemunhas “não são nem os mortos nem os sobreviventes nem os submersos nem os salvos, mas o que resta entre eles”. Embora para o testemunho (em qualquer uma das suas vertentes) seja vital permanecer leal ao evento, é preciso entendê-lo como algo que se desdobra no tempo e, sendo assim, o “estar lá” não deve ser apreendido em seu sentido metafísico como sendo possível ocupar o lugar no momento exato em que o evento se deu (Brand, 2009). Não quer dizer que o acontecimento se passou exatamente da forma como revelado no relato, mas assim é que ele foi apreendido.

Foi o que fez a jornalista ao rememorar o diálogo entre uma mãe e uma filha:

- Filha, te cuida – pedia Ligiane.
- Mãe, sabe o que eu descobri? Que quando uma mãe diz “te cuida!” para a filha ela quer dizer eu te amo.
- Então, te cuida (Arbex, 2018, p. 92).

A essa altura o leitor segue um grupo de pais em sua busca frenética pelo paradeiro das filhas. Guiadas pelo “texto testemunhal” de Daniela Arbex, já sabemos que, inicialmente dadas como sobreviventes, Andrielli, Flavinha, Mirella, Gilmara, Vitória não estavam nem no Pronto Atendimento do Hospital de Caridade nem no Hospital de Guarnição de Santa Maria. Tampouco no Centro Desportivo Municipal, para onde eram

transferidos jovens que entraram em óbito, era possível localizá-las. Em meio aos corpos e odor fétido, também não era possível localizá-las. Em um dado momento, ainda cheia de esperança a mãe de Andrielli diz: “Quando encontrarmos uma, encontramos todas”.

Se em qualquer narrativa, até mesmo as que se arvoram de dar conta do real, não existe nem uma única escolha aleatória – inclusive ou principalmente o uso das aspas – nessas tomadas pelo trauma ou pelo sofrimento, cabe ao jornalista-testemunha também selecionar as características que deseja evidenciar, por óbvio. Mas aqui, mais do que para demarcar uma distância do acontecimento, o objetivo é exatamente o contrário. Trata-se de implicar o leitor. Por outras palavras, recorreremos ao testemunho como aquilo que nos aproxima da experiência e do teor de verdade dos fatos sem necessariamente vinculá-los a uma medida objetiva, mas, pelo contrário, relacionando-os a uma composição fragmentada e repleta de subjetividades. Não se trata mais de garantir a verdade pelo fato de “ter estado lá”, como já foi dito, ou mesmo de se resguardar por trás de evasivas habituais como: “Estou apenas relatando os fatos como ocorreram”. Nessa outra modalidade narrativa, assume-se o risco de narrar sem desviar das implicações que isso acarreta. Isso não é pouco.

É o modo como a presença física é construída no relato que nos orienta como leitores na posição de testemunha possível, de testemunha em potencial. Dialogando mais uma vez com as leituras que faz Brand (2009) a respeito do testemunho midiático, podemos dizer que, nessa narrativa, a presença é evocada não como um comprovante de verdade, mas para nos colocar, se não como responsáveis, pelo menos sensíveis ao evento narrado. Como neste momento da narrativa:

No pavilhão destinado aos familiares, Ligiane [*a mãe de Andrielli*] ouviu dois nomes conhecidos: Vitória Saccol e Flávia Torres Lemos. Sem entender em qual lista estava o nome das amigas de Andri, ela pediu ajuda a uma conhecida:

– O que está acontecendo?

– Tia, a Flavinha e a Vitória morreram – disse uma prima de Flavinha.

Ligiane, desesperou-se ao recordar o que ela mesmo havia dito: “Quando encontrarmos uma, encontraremos todas”.

Meu Deus, acabou! A Andri também está morta, deduziu Ligiane, sentindo-se mal (Arbex, 2018, p. 123).

Nesta reportagem que aqui nos ajuda a investigar a real potência do testemunho para o jornalismo, o modo de contar nos faz sentir como um observador que participa do

processo, uma testemunha. Porque o efeito de presença foi construído discursivamente como quer Frosh (2009) e porque é justamente um “texto testemunhal” que abre espaço para que experimentemos um acontecimento no momento em que temos acesso a ele nos deixando mais próximo dos sujeitos que viveram o trauma em alguma medida. Como podemos observar nessa outra passagem do livro, quando pouco antes da festa na boate Kiss, outra mãe e outra filha saíram em busca de um vestido novo. No dia do incêndio, é assim que o leitor é convocado a testemunhar:

O vestido vermelho ficou para trás, mas o sapato não. Pouco acostumada a usar salto, Thanise saiu de casa naquele 26 de janeiro sentindo-se especial.

– Mãe, tu não imaginas como estou linda! – contou ela por telefone. Carina estava de plantão no hospital da Unimed, onde trabalhava como auxiliar de nutrição. Não pôde ver a filha se arrumar, mas imaginava que a morena cor de jambo e cabelos pretos escorridos até a altura do queixo não passaria despercebida. Douglas Medeiros, o namorado dela que não foi a Kiss porque tinha de concluir um trabalho, já fora conquistado por seu charme.

Por volta de uma hora da madrugada de domingo, Thanise falou com a mãe novamente pelo celular. Seria a última vez. Contou que estava cansada, principalmente por causa dos saltos altos, modelo a que não estava habituada, já que gostava mesmo era de sapatilhas e de seu inseparável all star.

– Vai pra casa do Douglas, filha. Amanhã a gente se fala. Te amo.

– Eu também (Arbex, 2018, p. 188).

Thanise morreria quase três horas depois daquele telefonema. Sua mãe, Carina, passa então a ser consumida por uma culpa por ter sido ela a comprar os sapatos da garota e que, ela julgava, tinham dificultado a fuga da filha da boate, como nos conta o texto de Daniela Arbex. O que ocorre com a família é um martírio nos tempos que se seguem.

Ao nos tornar testemunhas do telefonema entre mãe e filha, que imaginamos ter sido relatado a repórter em riqueza de detalhes, somos conduzidos por um percurso que nos aproxima de um evento que escapa à representação, mas solicita comunicação (Brand, 2009). Assim, acessamos não o conteúdo original e autêntico, e sim, os traços que o compõem. À medida que a narrativa nos avizinha do acontecimento, percebemos que testemunhamos não o fato como aconteceu no passado, mas a maneira como o passado afeta o presente, afinal o acontecimento não se fecha no momento que uma sucessão de eventos criminosos põe fim a 242 vidas deixando outras tantas em destroços.

O episódio – como tantos outros relatados no “texto testemunhal” de Daniela Arbex e que destacamos ao longo deste artigo – chama a atenção para o lugar de escuta, essencial nas narrativas de testemunho. Tão imprescindível quanto a necessidade de contar aos outros e torná-los participantes da tragédia ou drama pessoal, como deseja Primo Levi – o sobrevivente do Holocausto que deu testemunho da existência de Auschwitz –, é a disposição do interlocutor para lhe dar ouvidos. Jeanne Marie Gagnebin (2009) evoca uma variação no estatuto do testemunho, expandindo o conceito para além daquilo que é vivido ou visto – um desdobramento que tanto projeta no testemunho uma função dialógica quanto lhe instaura um caráter solidário, uma disposição para a alteridade.

Ao assumir um tipo de testemunho que é também do ouvinte, não obstante a sua participação direta ou indireta no evento, a autora nos lembra que há um lugar despovoado que pode e deve ser ocupado em favor de uma transmissão da experiência. Essa desejada dilatação do conceito de testemunho é o que permite não apenas o ato testemunhal, mas uma aproximação entre mundos e uma abertura para que a história do outro seja retomada e transmitida em palavras diferentes (Gagnebin, 2009; Seligmann-Silva, 2009).

Considerações finais

Ao evidenciar um conceito estendido de testemunho que também implica o destinatário – ou seja, ao dar ao jornalismo o status de “testemunha em potencial” –, nosso propósito foi abordar o testemunho não apenas pelo caráter eminentemente político (Seligmann-Silva, 2008; Gagnebin, 2009) – em sua diretriz de reparação de um passado histórico –, mas buscando um desdobramento da ordem do sensível por ressaltar o potencial afetivo e a disposição para alteridade que determinadas narrativas desempenham nesse jornalismo.

Por essa perspectiva e trazendo a discussão para uma forma ainda mais alargada de testemunho facultada pelo testemunho midiático, atribuímos ao jornalismo, em essência, o papel de testemunha em potencial. “Você não pode dizer que não sabia” (Ellis, 2009, p. 73, grifos nossos). Essa aparente sensação de “tudo saber” implicaria em um senso de responsabilidade, por menor que seja o comprometimento, para com os eventos. Algo como se o “testemunho mundano”, ordinário, de homens comuns, nos desse a oportunidade de conhecer aquilo que se passa com os outros concomitantemente ao que se passa comigo (Ellis, 2009). Se é possível, portanto, apontar uma consequência desse modelo de testemunho, talvez seja justamente a sua

capacidade de colocar a sociedade em vigília permanente, com o público, a um só tempo, testemunhando e compartilhando mundos (Frosh & Pinchevski, 2009).

A principal aptidão desse modelo orientado para o destinatário está justamente em provocar no público reações como “Isso poderia ter acontecido comigo”. É quando “tornamos o coletivo tanto o sujeito como o objeto do testemunho cotidiano, testemunhando sua própria realidade histórica à medida que ela acontece” (Frosh & Pinchevski, 2009, p. 12). Ao reabastecer a nossa vocação para imaginar a dor e o sofrimento de outras pessoas comuns onde quer que estejam, o testemunho da mídia provoca nos sujeitos uma tomada de consciência.

Há um otimismo reconfortante, porém excessivamente ingênuo, em acreditar, que conhecer o que se passa com o outro leva necessariamente a uma ação. Da mesma forma, pressupor que o fato de estar informado sobre as desventuras do mundo impulsiona um envolvimento com o sujeito sofredor parece um argumento demasiado esperançoso. Não temos a pretensão de discutir as consequências e implicações morais que o testemunho midiático acarreta. Ainda assim e feitas as devidas ressalvas, a ideia de que esse tipo de testemunho apresenta um potencial para nos colocar em relação uma vez que alimenta a nossa propensão para nos colocar no lugar do sujeito que sofre – nos aproximar dele – é, no mínimo, alvissareira. A partir do caráter relacional que esse jornalismo testemunhal comporta, podemos compreendê-lo, de certa forma, “como um gesto proativo, pois apresenta perspectivas que nos conduzem ao conhecimento de modos narrativos que ampliam nossas formas de compreender o jornalismo.” (Resende & Peres, 2016, p. 134). Se, como sugere Luc Boltanski (2015), testemunhar significa, em alguma medida, comprometer-se com o outro, torna-se imperativo sondar o jornalismo em busca daquilo que, em algumas narrativas, a exemplo do que acontece com Todo dia a mesma noite, contribui para a ação dos sujeitos em afetar e ser afetado reciprocamente.

Referências

- Agamben, G. (2008). *O que resta de Auschwitz*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Arbex, D. (2018). *Todo dia a mesma noite: a história não contada da boate Kiss*. Rio de Janeiro: Intrínseca.
- Benjamin, W. (2009). *Passagens*. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.
- Benjamin, W. (2012). *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura* (8ª ed.). São Paulo: Brasiliense. (Obras Escolhidas, 1).
- Boltanski, L. (2015). A presença das pessoas ausentes. *Revista Parágrafa*, 2(3), 147-156. Recuperado em 20 de novembro, 2022, de <http://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/338>

- Brand, R. (2009). Witnessing trauma. In P. Frosh & A. Pinchevski (Eds.), *Media witnessing* (pp. 1-10). Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- Didi-Huberman, G. (2012). *Imagens apesar de tudo*. Lisboa: KKYM.
- Ellis, J. (2009). Mundane Witness. In P. Frosh & A. Pinchevski (Eds.), *Media witnessing* (pp. 1-10). Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- Felman, S. (2000). Educação e crise ou as vicissitudes do ensino. In M. Seligmann-Silva & A. Netrovski (Eds.), *Catástrofe e representação* (pp. 1-10). São Paulo: Editora Escuta.
- França, V. (2006). Sujeito da comunicação: sujeitos em comunicação. In V. França & C. Guimarães (Eds.), *Na mídia, na rua: narrativas do cotidiano* (pp. 61-88). Belo Horizonte: Autêntica.
- Frosh, P., & Pinchevski, A. (2009). Introduction: why media witnessing? Why now? In P. Frosh & A. Pinchevski (Eds.), *Media witnessing* (pp. 1-10). Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- Gagnebin, J. M. (2009). *Lembrar, escrever, esquecer* (2ª ed.). São Paulo: Editora 34.
- Kristeva, J. (1994). *Estrangeiros para nós mesmos*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Laub, D. (1992). Bearing witness or the vicissitudes of listening. In S. Felman & D. Laub (Eds.), *Testimony: Crises of witnessing in literature, psychoanalysis, and history* (pp. 57-74). Nova York: Routledge.
- Lévinas, E. (1980). *Totalidade e Infinito*. Lisboa: Edições 70.
- Lévinas, E. (2009). *Entre nós: ensaios sobre a alteridade* (3ª ed.). Petrópolis: Vozes.
- Maia, M. R., & Barretos, D. do C. (2018). O testemunho como elemento central na produção jornalística: a narrativa de Operação Massacre. *Rizoma*, 6(1), 1-13.
- Marcondes Filho, C. (2002). *A saga dos cães perdidos*. São Paulo: Hacker Editores.
- Medina, C. (2008). *Entrevista: o diálogo possível*. São Paulo: Ática.
- Miyashiro, K. (2023, janeiro 31). Minissérie sobre a Boate Kiss entra em ranking mundial de audiência. Recuperado em 02 de fevereiro, 2023, de <https://veja.abril.com.br/coluna/tela-plana/todo-dia-a-mesma-noite-miniserie-da-boate-kiss-entra-no-top-10-mundial/>.
- Resende, F. (2002). *O olhar às avessas: a lógica do texto jornalístico* (Tese de doutorado, Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo).
- Resende, F. (2012). Falar para as massas, falar com o outro: valores e desafios do jornalismo. In V. França & P. Vaz (Eds.), *Comunicação midiática: instituições, valores, cultura*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Resende, F. (2014). Representação das diferenças no discurso jornalístico. *Brazilian Journalism Research*, 2(2), 206-223. Recuperado em 22 de novembro, 2022, de <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/749>.
- Resende, F., & Peres, A. C. (2016). Nós, as testemunhas: notas sobre um jornalismo de teor testemunhal. *Revista Dispositiva*, 5(2). Recuperado em 10 de fevereiro, 2023, de http://periodicos.pucminas.br/index.php/dispositiva/article/view/12694/0?fbclid=IwAR1tEqNNQbTRhKsExcyCWuuWSuFf98ou3ppRF7biFvezbDFzLT0sy_Tmm8.
- Ricoeur, P. (2012). *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp.
- Sarlo, B. (2007). *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Belo Horizonte: UFMG.
- Santiago, S. (1989). O narrador pós-moderno. In S. Santiago (Ed.), *Nas malhas da letra* (pp. 38-52). São Paulo: Companhia das Letras.
- Seligmann-Silva, M. (2003). *História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes*. Campinas: Editora Unicamp.

- Seligmann-Silva, M. (2009). Grande Sertão: Veredas como gesto testemunhal e confessional. *Alea: Revista de Estudos Neolatinos*, 11(1), jan./jun.
- Seligmann-Silva, M. (2010). O local do testemunho. *Tempo e Argumento*, 2(1), 3-20, jan./jun.
- Silverstone, R. (2002). *Por que estudar a mídia?*. São Paulo: Edições Loyola.
- Siquara, C. A. (2018, janeiro 20). Em livro sobre boate Kiss, Daniela Arbex lida com os traumas da perda. *O Tempo*. Recuperado em 02 de dezembro, 2022, de <https://www.otempo.com.br/diversao/magazine/em-livro-sobre-boate-kiss-daniela-arbex-lida-com-os-traumas-da-perda-1.156469>.
-

ABSTRACT:

With the aim of answering some questions related to Media Witnessing (which will be presented throughout the article), we will turn our gaze to the book *Todo dia a mesma noite* (Everyday the same Night), by journalist Daniela Arbex, which offers us exemplary empirical material to examine the tension between the idea of “eyewitness testimony” and the other modes assumed by testimony in the contemporary world, when witnessing is no longer just seeing and hearing and starts to also say about the way in which we are questioned by a “Witnessing Text” (Frosh & Pinchevski, 2009). For this, we will work with two methodological operators – the testimony and the otherness – in order to identify what, in the reportage, brings us closer to the experience of the other, from the reflections around the “Witnessing Text” and the otherness in the narratives of the present.

KEYWORDS: “Witnessing Text”; A testimony; Otherness; Narratives; *Todo dia a mesma noite*.

RESUMEN:

Con el objetivo de responder algunas preguntas sobre el testimonio mediático (que se presentarán a lo largo del artículo), dirigiremos nuestra mirada al libro *Todo dia a mesma noite*, de la periodista Daniela Arbex, que nos ofrece un material empírico ejemplar para examinar la tensión entre la idea de “testimonio presencial” y los demás modos que asume el testimonio en el mundo contemporáneo, cuando atestiguar ya no es sólo ver y oír y pasa a decir también sobre la forma en que somos interpelados por un “texto testimonial” (Frosh & Pinchevski, 2009). Para ello, trabajaremos con dos operadores metodológicos -el testimonio y la alteridad- con el fin de identificar qué, en el reportaje, nos acerca a la experiencia del otro, a partir de las reflexiones en torno al “texto testimonial” y la alteridad en las narrativas del presente.

PALABRAS CLAVE: “Texto testimonial”; Un testimonio; Alteridad; Narrativas; *Todo dia a mesma noite*.